

Origens da misoginia on-line e a violência digital direcionada a jornalistas mulheres¹

Origins of online misogyny and digital violence towards women journalists

Daniela Osvald Ramos²

1 Este texto corresponde a uma versão ampliada e revisada de trabalho apresentado no 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado de 3 a 6 de novembro de 2020.

2 Professora do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA/USP). Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) e no grupo Comunicação Digital (COM+). Líder do grupo de pesquisa OBCOM (Observatório de Comunicação, Censura e Liberdade de Expressão). E-mail: dosvald@gmail.com.

Resumo

Este artigo investiga as origens da formulação da misoginia on-line a partir da prática da *trollagem* e do fenômeno conhecido como *gamergate* em 2014, e da organização de grupos abertamente contra mulheres na internet, bem como a utilização das suas práticas nos ataques às jornalistas mulheres, tornando a rede um ambiente hostil para esta categoria. Situa-se esta análise na dimensão do patriarcado, referente ao triplo efeito de violência digital contra mulheres jornalistas. Analisou-se, em especial, o caso da jornalista Patrícia Campos Mello durante o episódio da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News. Conclui-se que a violência digital contra jornalistas mulheres tem características de violência de gênero, a partir do que se denomina como *gendertrolling*.

Palavras-chave

Misoginia on-line, jornalistas mulheres, violência digital de gênero.

Abstract

This paper investigates the origins of the formulation of online misogyny from the practice of trolling and the phenomenon known as gamergate, in 2014, and the organization of groups openly against women on the internet, as well as the use of their practices in attacks on women journalists, making the network a hostile environment for this category. This analysis is situated in the dimension of patriarchy, referring to the triple effect of digital violence against women journalists. In particular, the case of journalist Patrícia Campos Mello was analyzed during the episode of the Joint Parliamentary Commission of Inquiry (CPMI) of Fake News. It is concluded that digital violence against women journalists has characteristics of gender-based violence, based on gendertrolling.

Keywords

Online misogyny, women journalists, digital gender violence.

Introdução: violência digital contra jornalistas mulheres

Apesar de indispensável para a lógica contemporânea da prática jornalística, a presença e permanência de jornalistas mulheres nos ambientes de interação das plataformas on-line têm se revelado de alto custo. A generalização da intimidação de vários tipos, ataques e assédio on-line constantes, que comprometem a saúde mental, emocional e física das jornalistas mulheres e suas famílias (alvo constante quando a vítima é mulher) introduziu a dimensão da misoginia na esfera pública automatizada (PASQUALE, 2017) como uma nova dimensão da profissão, especialmente se estas trabalharem com política e temas relacionados a direitos sociais e/ou femininos. A disposição das jornalistas em levar adiante sua profissão também é afetada. Além de prejudicar e ferir essas profissionais, há o prejuízo social que tira o direito do público ao acesso às informações apuradas de um ponto de vista diverso (POSETTI *et al.*, 2021).

Mariliz Pereira Jorge, que mantém uma coluna de opinião semanal em um dos principais jornais do Brasil, *Folha de S. Paulo*, descreveu, na esteira da recomendação de limitação de uso do Twitter pelo *New York Times* (SÁ, 2022), sua recente experiência como mulher nesta rede:

Ao ler alguns estudos sobre o impacto das redes sociais, me senti completando uma cartela de bingo. Ansiedade. Depressão. Medo. Infelicidade. Raiva. Insônia. Bullying. Paranoia. Necessidade de pertencimento. Queda de autoestima. Bingo mil vezes.

[...] Recentemente, me perguntei: por que eu estou fazendo isso comigo? O Twitter não paga as minhas contas, apenas alimenta a vaidade de ter milhares de seguidores. E para quê? A que custo? Fui chamada de racista, misógina, assassina de bebês, fora todo o glossário básico do hater: puta, vadia, vagabunda, porca, porca imunda, velha, acabada, decadente. Todo tipo de esculhambação sobre minha aparência, idade, raça, estado civil, orientação sexual. E muitos, muitos ataques por causa do meu posicionamento político vindo de todo o espectro. Descobri que no Twitter liberdade de expressão é relativa. (Jorge, 2021)

O depoimento de Jorge e o livro de Patrícia Campos Mello (2020), jornalista que foi uma das primeiras a ser massivamente agredida e intimidada por sua

cobertura das eleições presidenciais de 2018, são exemplares para materializar a experiência de lidar diariamente com o ambiente hostil on-line. As mulheres são atacadas por serem mulheres em uma estrutura claramente misógina. Essa estrutura pode ser observada na pesquisa realizada pela revista *AzMina* e *InternetLab*, em conjunto com *Volt Data Lab* e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Digital (INCT.DD), com apoio do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ), que originou a reportagem “Mulheres recebem mais que o dobro de ofensas que colegas homens no Twitter”. A pesquisa coletou de dados de perfis de 200 jornalistas brasileiros (133 perfis de mulheres jornalistas e 67 homens), e monitorou 7,1 milhões de tweets com conteúdo ofensivo de 1º de maio a 27 de setembro de 2021, mostrando que “termos misóginos foram usados quando as vítimas eram mulheres. Além dos xingamentos, as jornalistas precisam combater a disseminação de notícias falsas sobre suas trajetórias, o que é também uma estratégia política de descredibilização dessas profissionais” (SANTANA, 2021). Verificou-se também o papel do extremismo político: “O que se vê em comum em ambos (homens e mulheres) são expressões que tentam posicionar profissionais no espectro político, chamando-os de ‘comunistas’ ou ‘jornalistas’, além daqueles que afirmam que os jornalistas são, de alguma forma, ‘parciais’ em suas coberturas”. A tentativa de contenção da cobertura política crítica é claramente mesclada à misoginia:

Profissionais que trabalham com cobertura política estão mais expostos a ataques massivos. Mas enquanto 8% dos tweets ofensivos dirigidos a jornalistas homens eram realmente hostis, 17% daqueles dirigidos a jornalistas mulheres eram ataques. Entre os termos mais usados contra eles estão “ridícula”, “canalha”, “louca”, “mulherzinha”. A maioria das agressões também sugere que as mulheres são incapazes de interpretar um texto ou cenário político. (SANTANA, 2021)

As jornalistas mais ofendidas, ainda segundo a reportagem, “compartilham a visão de que os ataques são ainda mais virulentos quando iniciados ou instigados por figuras políticas como o presidente Jair Bolsonaro” (SANTANA, 2021). A pesquisa traduz em números a experiência particular de Jorge e Mello e muitas outras mulheres, especialmente jornalistas que cobrem política. Antes ainda do recente

tema da violência digital contra jornalistas mulheres vir à tona amplamente, há um histórico de machismo que marca a vida das jornalistas mulheres no país, como relata o estudo *Mulheres no jornalismo brasileiro* (ABRAJI, 2020):

84% das jornalistas relataram já ter sofrido ao menos uma das seguintes situações de violência psicológica: insultos verbais; humilhação em público; abuso de poder ou autoridade; intimidação verbal escrita ou física; tentativa de danos a sua reputação; ameaça de perder o emprego em caso de gravidez; ameaças pela internet; ou insultos pela internet.

Ou seja, jornalistas mulheres no Brasil nunca tiveram uma situação ideal de segurança no trabalho, também antes da internet, fato que se soma a uma camada cultural anterior ao fenômeno da violência digital. Por sua vez, Posetti *et al.* (2021) identificam a violência de gênero no jornalismo como um recorte nas ameaças digitais, que acontece em campanhas orquestradas contra elas como alvos preferenciais, visando a erosão da sua privacidade, assim como ameaçando sua segurança on-line e gerando impactos na vida fora da internet. Os ataques às mulheres jornalistas tendem a ser mais prolíficos que contra os homens na mesma posição; são mais violentos e sexualizados e, usualmente, acompanhados de ameaças físicas contra elas, suas mães e suas filhas, como Posetti *et al.* (2021, p. 16-17) relatam na extensa pesquisa com perspectiva global, na qual foram analisadas 2,5 milhões de postagens de mídia social, realizada pesquisa com 905 respostas (de 125 países diferentes), entrevistas com 173 jornalistas e estudos de caso em 15 países. Koirala (2020, p. 51), em estudo de caso de violência digital contra jornalistas mulheres no Nepal, a partir de 48 entrevistas com profissionais naquele país, relata que o fundamento da agressão é sexista por natureza, geralmente com comentários sobre a aparência física das mulheres e seu gênero. Além disso, há profusão de comentários com agressões sexuais, ameaças de estupro e envio de nudes. Diz a pesquisadora:

Os estudos (KAUR, 2012; ROBINSON, 2005) sobre gênero e assédio indicam que o uso de assédio/violência sexual é considerado um meio legítimo e esperado para reafirmar que as posições públicas e privadas

da masculinidade hegemônica que existem no mundo físico também existem no mundo online”³.

Mais adiante, veremos como isso se conecta com o histórico da organização on-line de violência digital contra mulheres. Koirala (*op. cit.*, p. 49) argumenta que o assédio baseado em gênero busca reafirmar o patriarcado, e que se espera que a mulher seja uma vítima submissa. A possibilidade de anonimato na internet, em conjunto com a velocidade de propagação do meio, faz esse tipo de violência crescer rapidamente. A autora ainda afirma que o assédio on-line “também pode ser considerado uma forma de violência para reprimir jornalistas”⁴.

Dessa maneira, podemos situar a pesquisa bibliográfica realizada neste artigo com a contextualização teórica de Høiby (2020, p. 1010), para quem esse fenômeno pode ser entendido a partir de três dimensões: “O assédio online de mulheres jornalistas é resultado de todos os seus componentes; uma combinação de quem são (mulheres), o que fazem (jornalismo) e o contexto em que estão operando (espaço online/regulação)”⁵. Ela também aponta para o “efeito triplo” do fenômeno (2020, p. 109-110): “1) violência sistemática contra a imprensa, 2) estruturas patriarcais persistentes e 3) que as condições do espaço online permitem que o assédio prospere”⁶.

O relatório de Posetti *et al.* (2021) confirma a possibilidade de utilização desse referencial tanto na análise prática quanto na teórica, na medida em que também reafirma que quem elas são (mulheres), seu ofício (jornalismo) e o vetor das plataformas on-line (falta de regulamentação do espaço digital) são partes indissociáveis da violência digital contra mulheres jornalistas. Por

3 Tradução livre da autora, no original: “The studies (Kaur, 2012; Robinson, 2005) on gender and harassment indicate that the use of sexual harassment/violence is considered a legitimate means to reaffirm that the public and private positions of hegemonic masculinity which exist in the physical world also exist in the online world”.

4 Tradução livre da autora, no original: “can also be considered as a form of violence to suppress female journalists”.

5 Tradução livre da autora, no original: “Online harassment of women journalists is a result of all its components; a combination of who they are (women), what they do (journalism), and the context they are operating within (online space/regulation)”.

6 Tradução livre da autora, no original: “1) systematic anti-press violence, 2) persisting patriarchal structures and 3) that the conditions of online space allow harassment to thrive”.

isso, justificamos nossa escolha em avançarmos neste artigo em uma dessas dimensões, a caracterização da dimensão do patriarcado digital. Partimos do pressuposto de que procuramos exemplificar e demonstrar sobre a violência digital contra jornalistas, e que sua origem está em episódios como o *gamergate*, que aconteceu em 2014 e que, a partir daí, se organizou na superfície da internet comercial um cabedal de ferramentas específicas usadas para a perpetração desse tipo de violência digital, tendo como alvo sempre mulheres. Encontramos um caso de ataque muito semelhante aos atuais em 2010, contra uma jornalista mulher do jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de uma reportagem que escreveu sobre o fórum *55chan*. Partimos deste caso para então entrarmos no *gamergate*, e daí a constituição da “machosfera”, rumando para as conclusões finais, seção na qual exemplificamos e concluímos que, a partir da *trollagem* genérica, se constituiu uma *trollagem* específica de gênero (MANTILLA, 2015), e que suas estratégias foram apropriadas por atores políticos de espectro autoritário e reacionário contra jornalistas mulheres, o que, por sua vez, foi uma estratégia apreendida também pelo cidadão comum.

Origens da misoginia on-line: um arsenal de estratégias apropriadas e disseminadas contra jornalista mulheres

Mantilla (2015, p. 4) e Wendling (2018) identificam claramente que o comportamento nomeado de *trollagem* tem origem nos fóruns de internet (*chans*) que não aparecem em buscas no Google, mas que são acessados via navegador TOR⁷. A expressão *troll* vem do seu uso na pescaria, que é a técnica de estender uma linha na água, na qual são penduradas várias outras iscas (MANTILLA, 2015, p. 4), e se refere à figura mitológica do troll, que fica escondido em pontes para assustar os passantes. Antes da *trollagem* especificamente de gênero, que se

7 O TOR Project (<https://www.torproject.org/download/>) tem como símbolo uma cebola, que é uma metáfora para a compreensão da internet como um sistema informático em camadas. O navegador TOR possibilita a navegação em completo anonimato, sem que o número de Internet Protocol (IP) da máquina seja rastreado e nenhum dado coletado. Também oferece uma interface à internet mais profunda (deep web), e links para a navegação nos *chans*, que terminam em .onion.

mistura a outros comportamentos abertamente misóginos gestados na internet, existe a *trollagem*, que basicamente é fazer comentários on-line ou engajar pessoas em atividades que são intencionalmente voltadas a incomodar, perturbar e causar disrupção, usando “uma variedade de estratégias para interromper as discussões on-line, como ser detestavelmente ilógico, fingir ignorância, trazer à tona tópicos estranhos ou irrelevantes ou prejudicar as conversas” (MANTILLA, 2015, p. 4)⁸. O objetivo é gerar o que eles denominam como sentimento de *lulz* (sem tradução), a possibilidade de se divertir por causar perturbação. Uma palavra em português que se aproxima de *lulz* é “zoar”, ou seja, a diversão pelo simples fato de não levar a sério o que outras pessoas levam e por levar caos a determinados espaços on-line. Resumidamente, essa é a base do comportamento genérico do troll, e que pudemos testemunhar no Brasil em 2010, tendo como alvo uma jornalista.

Naquele ano, Tatiana de Mello Dias, na época repórter do extinto caderno de tecnologia *Link*, do jornal *O Estado de S. Paulo*, assinou uma reportagem de capa intitulada “Onde nascem os memes no Brasil”, e citava o *55chan*. “*Chan*” é abreviatura de *channel*, canal em inglês, e são fóruns que surgiram como *imageboards* para compartilhamento de imagens. Foram neles que os vídeos de gatos surgiram e se tornaram famosos (VAN DEURSEN, 2016). Como comentamos, esses fóruns são acessados em uma camada não superficial da internet e “Não é preciso se cadastrar nem criar uma conta para participar. Isso facilita a velocidade com que tudo é publicado – são cerca de 1 milhão de posts por dia” (*Ibid.*). Além disso, as mensagens nos *chans* não ficam armazenadas, oferecendo poucos riscos a um escrutínio posterior. Wendling (2018, Loc. 950) aponta outro canal, o *4chan*, como um dos ambientes mais importantes para o movimento de ultradireita (*alt right*) norte-americano:

8 Tradução livre da autora, no original: “a variety of strategies to disrupt online discussions such as being obnoxiously illogical, feigning ignorance, bringing up extraneous or irrelevant topics, or otherwise derailing conversations”.

4chan / pol / é onde a alt-right pode ir para testar memes, se comunicar com piadas internas e tramar ataques contra *normies*⁹ em outros sites e redes. Ao longo dos anos em que está em operação, o 4chan gerou todos os tipos de pegadinhas pouco sérias – é onde “rickrolling”⁸ e LOLcats⁹ se originaram – bem como projetos políticos mais pesados. Foi, por exemplo, o terreno fértil para o grupo de hackers Anonymous.¹⁰

Mais adiante, veremos como surgiu o “masculinismo” e a *machosfera* no *chan* /pol/¹¹, canal do 4chan, e daí a organização do primeiro ataque massivo a Zoe Quinn, uma desenvolvedora de games, o que posteriormente foi denominado de *gamergate*, pois envolveu uma sequência de ataques a outras mulheres com voz ativa na comunidade de games internacional.

A reportagem do *Estadão* mexeu com o 55chan, que não queria ser exposto ao grande público, mas que era um *chan* tido como “pacífico”. Para se ter uma ideia, cada novo integrante de um *chan* é denominado “câncer”, ou seja, visitantes e novos integrantes não são exatamente bem-vindos. Este ataque de 2010 se misturou também ao ataque contra o jornal com o objetivo de tirá-lo do ar, provavelmente para demonstrar o poder de organização do grupo, que não queria ser exposto na grande mídia (ESTADÃO, 2010). Por outro lado, as agressões à jornalista guardam similaridade com a forma como os ataques contra jornalistas mulheres são organizados atualmente (*Ibid.*), mas que, na época, se misturaram a uma *trollagem* genérica:

Expostos em uma matéria no jornal – é bom lembrar que o fórum é aberto para qualquer um e basta entrar no Google para achá-lo – os “anões”¹² começaram uma campanha de perseguição à repórter que assinou a matéria. As ameaças iam de trotes infantis (mandar pizzas para a casa dela) a ameaças de violência física.

9 *Normies* é uma palavra em inglês que deriva de “normal” usada para denominar “pessoas comuns” que não compartilham dos mesmos valores que os trolls.

10 Tradução livre da autora, no original: “4chan /pol/ is where the alt-right can go to test out memes, communicate with in-jokes, and plot raids against normies on other sites and networks. Over the years it has been in operation, 4chan has spawned all sorts of unserious pranks—it’s where “rickrolling”⁸ and LOLcats⁹ originated—as well as more weighty political projects. It was, for instance, the key breeding ground for the hacker group Anonymous”.

11 A abreviação se refere à palavra em inglês *politics*, “política”.

12 Na verdade, os integrantes dos chans se autodenominam *anons*, diminutivo para *anonymous*, em inglês.

Em poucos minutos, circulavam pelo fórum fotos da repórter e links para os perfis dela em redes sociais. Em poucas horas, seus dados pessoais, endereço e telefone, eram postados repetidas vezes, enquanto os usuários, protegidos pelo anonimato, incitavam atos de violência.

Dez anos depois, a cartilha da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2020, p. 5-6) para proteção de jornalistas contra violência digital tipifica os ataques sofridos por Dias em 2010: *cyberstalking* (envio numeroso de mensagens); envio de mensagens intimidadoras, ameaçadoras ou ofensivas; campanhas de assédio online e o que foi nomeado como *doxxing* – “prática de procurar e divulgar informações privadas ou informações de identificação pessoal de um indivíduo, como seu telefone, e-mail ou endereço, sabidamente em um ambiente que encoraja ou necessariamente culmina na intimidação ou ameaça à pessoa exposta” (*op. cit.*, p. 6). O *doxxing* se tornou um clássico do assédio on-line contra jornalistas mulheres e estava presente neste primeiro caso, em 2010, mas já era prática de trolls, assim como o envio de pizzas à residência da pessoa. Na tipologia dos trolls, Mantilla (2015, p. 9) nomeais este tipo de ataque como *IRL Trolling* (*trollagem In Real Life*, na vida real).

Cinco anos depois, há notícia no Brasil de um padrão mais claro de *trollagem* de gênero, que tem motivações diferentes da *trollagem* genérica. Mantilla (2015, p. 10) explica que a *trollagem* de gênero não é realizada apenas pela possibilidade de zoar (*lulz*), mas porque quem o faz acredita que as mulheres não deveriam estar em pé de igualdade política e econômica aos homens, e tem o objetivo de literalmente tirar as mulheres do espaço público da internet. Esse comportamento chega a incomodar até mesmo outros trolls: “Ameaçar estuprar alguém no Twitter não é trollar... Isso é apenas ameaçar estuprar alguém. No Twitter”¹³ (MANTILLA, 2015, p. 10). Um caso notório de perseguição on-line a mulheres constante no Brasil, desde 2015, é o da professora Lola Aronovich, que mantém o blog *Escreva Lola Escreva* desde 2008. Provavelmente, Lola se tornou alvo depois que as práticas organizadas que surgiram após o *gamergate* se tornaram

13 Tradução livre da autora, no original: “Threatening to rape someone on Twitter isn’t trolling...That’s just threatening to rape someone. On Twitter”.

populares também no Brasil. Um dos misóginos conhecidos publicamente no país, Marcelo Valle Silveira Mello, foi preso em 2018 (DECLERCQ, 2018). Silveira é um masculinista, um homem que odeia mulheres, pertencente a um grupo que pode ser ou não *incel* ou celibatário. Ele ameaçou Lola por pelo menos cinco anos:

Durante cinco anos, Lola sofreu ameaças de morte diárias de Marcelo e de outros homens da mesma quadrilha do troll. Foram inúmeros boletins de ocorrências registrados, milhares de prints contendo agressões e ameaças contra seu marido armazenados por Lola e apresentados perante a polícia. (*Ibid.*)

O movimento da misoginia on-line pode parecer difuso e é, em certa medida, mas constatamos que seus métodos têm organização e se mantêm mais ou menos estáveis desde o *gamergate*, que detalhamos no próximo tópico, e então passamos ao detalhamento da *trollagem* de gênero.

***Gamergate* e a machosfera: uma fissura na esfera pública on-line que tornou possível o movimento organizado contra mulheres**

Os *chans* estão no surgimento da web, nasceram e cresceram no início dos anos 2000 (ALECRIM, 2019), e se popularizaram como espaços (GUTSCHE; HESS, 2020) típicos de uma cultura raiz de internet – leia-se, nada parecido ao uso comercial da internet para a maioria das pessoas. Os que fazem uso comum da internet são conhecidos como *normies* (normais), aponta Wendling (2018). Nesses lugares, o anonimato deve ser sempre preservado; a absoluta “liberdade de expressão”, mesmo que criminosa aos padrões civilizatórios que norteiam a vida em sociedade, não deve nunca ser questionada; a linguagem é, na maioria das vezes, irônica e codificada; e – característica importante – são lugares frequentados na sua maioria por homens jovens (WENDLING, 2018). Assim, podemos dizer que os *chans* são espaços férteis para a constituição de grupos unidos por uma força e uma causa identitária, como veremos a seguir, constituindo-se em uma espécie de esfera pública alternativa que cria fissuras na esfera pública digital quando vem à tona; uma esfera em que não há regra

nenhuma, especialmente no que tange aos usos de discursos de ódio e ameaças que podem se constituir em crime, como assassinato e estupro.

Na formação do movimento de extrema-direita norte-americano, conhecido como *alt right*, o *chan* /pol/, como já apontamos, tem papel de grande importância na organização de sua militância on-line, e isso se entrelaça com o episódio emblemático na cruzada contra as mulheres no espaço público on-line, o *gamergate*. Foi nessa época, em 2014, de acordo com Gabriella Coleman, especialista em *4chan* e *Anonymous* (Apud WENDLING, 2018, Loc. 986), que os extremistas foram atraídos em massa para o /pol/. Nessa época, também, muitos participantes consideravam o racismo e misoginia no canal como irônicos. No entanto foi isso que possibilitou que esse espaço fosse ficando cada vez mais extremo. Em resumo, o *gamergate* foi (WENDLING, 2018, Loc. 979-980):

Uma batalha em todas as frentes contra jornalistas de videogame e a influência feminista no mundo dos jogos. Envolveu politicagem aberta por meio de campanhas de hashtag e a criação de vídeos de propaganda, além de campanhas mais sórdidas, incluindo doxxing – revelando informações pessoais – e ameaças de violência. Grande parte das atividades, de todos os tipos, foi coordenada no 4chan.¹⁴

Como já demonstramos na introdução deste artigo, aqui estão presentes as táticas de perseguição a jornalistas mulheres: uso de hashtags especificamente criadas para este tipo de violência; no caso de Mello (2020), #jornazista, entre outras expressões de baixo calão; a exposição de dados pessoais e ameaças constantes de violência. Zoe Quinn, a primeira a ser atingida neste episódio, namorava um cientista da computação (CARRERA; CISCATI, 2014), e, ao terminar o relacionamento com o namorado, este a acusou de ter oferecido sexo a um

14 Tradução livre da autora, no original: “an all-fronts battle against video-game journalists and feminist influence in the gaming world. It involved both above-board politicking through hashtag drives and the creation of propaganda videos, and more sordid campaigns including doxxing—revealing personal information—and threats of violence. Much of the activity, of all types, was coordinated on 4chan”.

proeminente blogueiro de games para que este fizesse uma boa avaliação dos seus jogos. A acusação soa semelhante à que foi vítima a jornalista Patrícia Campos Mello, que foi acusada de oferecer sexo “em troca de um furo” (Mello, 2020). Depois de Zoe, vieram outras, naquela mesma época, como Brianna Wu e Anita Sarkeesian. O ambiente para a presença feminina no mundo da tecnologia e dos games já era hostil (CARRERA; CISCATI, 2014), mas, depois do *gamergate*, a hostilidade on-line contra mulheres se organizou.

Wendling mapeou, nesse mesmo período (2018, Loc.1110), a origem da metáfora da pílula vermelha/azul, originária do filme *Matrix*¹⁵, como a gênese da *manosphere* (machosfera) como um movimento amorfo na internet (*Ibid.*), ou seja, uma reunião de homens sem forma definida, mas unidos por seu profundo ódio às mulheres e ao feminismo. Wendling (2018) descreve esse grupo como *The Meninists*, no qual surge a formulação da “teoria” de que as mulheres devem ser punidas por rejeitar os homens. Foi o que fez Elliot Rodger, quando assassinou seis pessoas e feriu treze, não importando se eram mulheres, mas justificando o massacre por ter sido rejeitado pelas mulheres. Ele se suicidou após os ataques, em Isla Vista, Califórnia, 2014, ao que consta, morrendo virgem aos 22 anos. O caso serviu como modelo para o que veio anos depois, em 2019, no massacre da escola estadual Raul Brasil, em Suzano, São Paulo, quando se descobriu que os perpetradores tentavam atirar mais nas meninas e que tinham passado pelo *Dogolachan, chan* criado pelo já citado Marcelo Valle Silveira Mello, onde inclusive estavam sendo parabenizados pelo massacre (DECLERCQ, 2019). O mesmo padrão já tinha sido mapeado no ataque à escola carioca em Realengo, em 2011 (*Ibid.*), antes ainda do caso de Rodger.

Tal configuração de identidade masculina fundou também o movimento antifeminista *Men Going Their Own Way* (MGTOW), no Brasil, “Homens que seguem

15 No filme, dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski, de 1999, o protagonista Neo precisa escolher entre tomar a pílula azul e não enxergar a matrix ou tomar a pílula vermelha e ver “a verdade”.

seu próprio caminho”. O grupo mantém uma página no Facebook e vídeos no YouTube (EIRAS, 2019). Também ligado a este grupo há o *Return of Kings*, que, por sua vez, guarda proximidade com os *pick-up artists*, homens que dão cursos sobre como conquistar mulheres. Enfim, constata-se que a reunião on-line de grupos com táticas organizadas no ataque e ao fomento de ódio às mulheres não é desprezível. Veremos, a seguir, como Mantilla (2015) evidencia a sistematização de ataques destes grupos. É importante notar que a tática dos trolls de gênero durante o *gamergate* serviu de aprendizado para grupos de extrema direita, como os neonazistas nos Estados Unidos (WENDLING, 2018, Loc. 2515) e outros grupos, notadamente, segundo o mesmo autor, nas eleições de Donald Trump em 2016. Antes de passarmos às conclusões finais, Mantilla (2015, p. 4) define as estratégias de *trollagem* como disruptivas e perturbadoras, envoltas em uma linguagem humorística e irônica, o que às vezes pode até confundir o alvo.

A trollagem de gênero e sua similaridade às estratégias de ataques on-line a jornalistas mulheres

Pelo que foi exposto, e com a ajuda de Mantilla (2015), podemos perceber que a *trollagem* de gênero, ou *gendertrolling*, tem características próprias, segundo a pesquisadora (2015, p. 10-19): são exponencialmente um círculo vicioso, virulentas e agressivas, ameaçadoras e pervasivas, o que também vai de encontro ao que foi exposto sobre violência digital contra mulheres jornalistas (KOIRALA, 2020; MELLO, 2020; POSSETI *et al.*, 2021). Kebian, Salles e Ramos (2022) produziram um estudo de caso sobre Patrícia Campos Mello, que foi alvo de massacre na internet e nas redes por setores reacionários a partir da cobertura das eleições presidenciais de 2018. Importante notar que a cobertura em questão dizia respeito ao uso indevido do WhatsApp para espalhar desinformação no pleito daquele ano. Utilizando análise de conteúdo, ao examinar 5% dos 4.750 tweets sobre Patrícia Campos Mello coletados entre 11 e 12 de fevereiro de 2021, durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito às Fake News (CPMI das Fake News),

quando a jornalista foi vítima de falso testemunho de uma fonte sua e ordenados por relevância de engajamento (curtidas, *retweets* e comentários), chegou-se a mensagens que confirmam nosso pressuposto apresentado neste artigo.

O estudo aponta que há prevalência de violência sexual, tanto por assédio explícito quanto por termos e expressões que privam o direito da mulher da sua sexualidade, e presença de misoginia nas mensagens. Percebeu-se também que os ataques estão relacionados a uma estratégia de desinformação e que a maioria dos tweets aponta os jornais como autores de notícias falsas, distorcendo quem são os verdadeiros produtores de notícias falsas. Eles evidenciam uma narrativa de conspiração que vitimiza o presidente e defende que tudo foi um grande plano para atacar Jair Bolsonaro em defesa do PT. A jornalista mulher é alvo preferencial e os ataques a Mello no Twitter aparecem como um esforço coordenado de desinformação sobre o caso, seguindo os princípios da trollagem de gênero, que Mantilla (2015, p. 12) organiza, neste conjunto de práticas, em sete princípios:

1. Gendertrolling são precipitados por mulheres que afirmam suas opiniões online.
2. Eles apresentam insultos sexualizados e baseados em gênero.
3. Incluem estupro e ameaças de morte – muitas vezes críveis – e frequentemente envolvem direcionamento na vida real, o que mostra a credibilidade das ameaças.
4. Eles se cruzam nas várias mídias sociais ou plataformas online.
5. Eles ocorrem em níveis excepcionalmente altos de intensidade e frequência (várias ameaças ou mensagens por dia ou mesmo por hora).
6. Eles são perpetuados por uma duração incomum (meses ou mesmo anos).
7. Eles envolvem muitos atacantes em uma campanha combinada e frequentemente coordenada.¹⁶

16 Tradução livre da autora, no original: "1. Gendertrolling attacks are precipitated by women asserting their opinions online. 2. They feature graphic sexualized and gender-based insults. 3. They include rape and death threats – often credible ones – and frequently involve IRL targeting, which adds to the credibility of the threats. 4. They cross multiple social media or online platforms. 5. They occur at unusually high levels of intensity and frequency (numerous threats or messages per day or even per hour). 6. They are perpetuated for an unusual duration (months or even years). 7. They involve many attackers in a concerted and often coordinated campaign".

Se pensarmos no que Mello (2020) relata em seu livro das agressões sofridas on-line e na vida física, percebemos que atendem a todos esses requisitos. Dessa maneira, ao que esta pesquisa inicial indica, a violência digital contra mulheres jornalistas é, antes de tudo, violência de gênero, inaugurando uma nova modalidade na violência contra jornalistas.

Apontamentos finais

Como podemos constatar ao longo deste artigo, é possível concluir que as características da *trollagem* de gênero se constituem em um arcabouço de ferramentas que começou a ser estabelecida nas origens da internet e que passou a ser utilizada no país pelo menos desde 2010. São acessadas por diversos tipos de grupos, por diferentes motivos, sempre visando mulheres em posições de destaque na esfera pública digital. Esse arsenal e o histórico dos movimentos aqui expostos deixam claro por que a mulher jornalista é alvo preferencial aos homens jornalistas, pois se pode recorrer a um conjunto de práticas já organizadas para perpetrar esse tipo de violência digital.

Esse fenômeno está situado na dimensão do triplo efeito da violência digital contra jornalistas mulheres (HØIBY, 2020), especificamente na dimensão do patriarcado, que persiste e assume novas configurações na internet, como demonstramos, visando uma regressão civilizatória no caso dos direitos das mulheres à vida pública. As mulheres jornalistas são um dos exemplos mais notórios da conquista dessas igualdades e, portanto, devem ser combatidas. Por isso, entre outras razões possíveis, de acordo com a ocasião e o momento político, elas servem de alvo para a *trollagem* de gênero, que foi apropriada por figuras políticas de espectro autoritário, especialmente como maneira de disseminarem desinformação, como foi constatado no caso de Mello (KEBIAN; SALES; RAMOS, 2022). Finalmente, ressaltamos a importância do aprofundamento na pesquisa das outras dimensões do triplo efeito de violência contra jornalistas mulheres: o sentimento anti-imprensa e a regulação das plataformas on-line para coibir este tipo de violência de gênero.

Referências

ALECRIM, E. O que são os chans da deep web e por que eles são associados a massacres. *Tecnoblog*, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3UDSkDC>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO – ABRAJI. *Abraji faz levantamento sobre violência a mulheres jornalistas*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UOwihu>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BYTE. Grupo chamado de “anões” usa o 55chan para atacar mulheres e travestis no Twitch. *Grupo Terra*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hHIh1W>. Acesso em: 11 set. 2022.

CARRERA, I.; CISCATI, R. Gamergate e a guerra contra mulheres no videogame. *Época*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://glo.bo/3UTRCIn>. Acesso em: 7 ago. 2020.

DECLERCQ, M. Nos chans, se celebra o massacre na escola de Suzano. *Vice*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2UBoyR1>. Acesso em: 3 ago. 2020. DECLERCQ, M. PF prende notório troll racista, misógino e homofóbico das redes brasileiras. *Vice*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3g8eAGY>. Acesso em: 8 ago. 2020.

EIRAS, N. MGTOWs: eles desprezam tanto as mulheres que decidiram ficar sozinhos. *Universa UOL*, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3E45zGR>. Acesso em: 20 maio 2020. ESTADÃO. Membros do 55chan atacam Estadão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ttUZnv>. Acesso em: 11 set. 2022.

GUTSCHE, R. E.; HESS, K. Placeification: the transformation of digital news spaces into “places” of meaning. *Digital Journalism*, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 1-11,

2020. 10.1080/21670811.2020.1737557. Acesso em: 7 jun. 2020. HØIBY, M. The “triple effect” silencing female journalists online: a theoretical exploration. In: LARSEN, A.; FADNES, I.; KRØVEL, R. (ed.). *Journalist safety and self-censorship*. London: Routledge, 2020. p. 100-113.

JORGE, M. P. O Twitter é máquina de moer gente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3E1WAWy>. Acesso em: 7 jun. 2020.

KEBIAN, G. B.; SALLES, D. G.; RAMOS, D. O. A violência digital contra jornalistas mulheres como estratégia de desinformação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA – SISSREP: Violências de Gênero e suas Interfaces Contemporâneas, 1., 2022, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UnaCoaching, 2022.

KOIRALA, S. Female journalists experience of online harassment: a case study from Nepal. *Open Access Journal*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 47-56, 2020. DOI: 10.17645/mac.v8i1.2541.

MANTILLA, K. *Gendertrolling: how misogyny went viral*. Califórnia: Praeger, 2015.

MANTILLA, K. Understanding the difference between generic harassment and gendertrolling. *Women’s Media Center*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3GkXGj7>. Acesso em: 4 ago. 2020.

MELLO, P. C. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PASQUALE, F. A esfera pública automatizada. *Líbero*, São Paulo, ano XX, n. 39, p. 17-35, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3X5Zrqn>. Acesso em: 11 set. 2022.

POSETTI, J. *et al.* *The chilling*: global trends in online violence against women journalists. Paris: Unesco, 2021. (Research discussion paper). Disponível em: <https://bit.ly/3E7DGOB>. Acesso em: 11 set. 2022.

SÁ, N. New York Times apoia que seus jornalistas 'se afastem' do Twitter. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2022. Seção Opinião. Disponível em: <https://bit.ly/3GfHijx>. Acesso em: 11 set. 2022.

SANTANA, J. Mulheres jornalistas recebem mais que o dobro de ofensas que colegas homens no Twitter. *AzMina*, Seção Reportagens, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ULXEoi>. Acesso em: 8 ago. 2020.

WENDLING, M. *Alt Right*: From 4chan to the White House. Londres: Pluto Press, 2018.

VAN DEURSEN, F. Por trás da rede antissocial: 4chan. *Superinteressante*, São Paulo, 2011. Seção Tecnologia. Disponível em: <https://bit.ly/3UzSagt>. Acesso em: 8 ago. 2020.

submetido em: 11 set. 2022 | aprovado em: 7 out. 2022